

PREGÃO ELETRÔNICO

067/2026

CONTRATANTE (UASG)

Departamento de Água e Esgoto de Bauru (930098)

OBJETO

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal SMP, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 350.055,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO DIFERENCIADA**



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	13
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9.	DO TERMO DE CONTRATO	18
10.	DOS RECURSOS	19
11.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
13.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2026

Processo Administrativo nº 539/2026

Torna-se público que o **Departamento de Água e Esgoto de Bauru**, ou simplesmente **DAE**, por meio da Divisão Administrativa, com sede na Rua Padre João, nº 11-25, Bauru/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Telefonia Móvel Pessoal SMP, com o fornecimento de aparelhos em regime de comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.5.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.5.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.4 e 2.5.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.4 e 2.5.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.7.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9.1. Conforme Lei Municipal nº 7.238, de 16 de julho de 2019, a falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. No preenchimento da proposta escrita, a coluna “Valor Unitário” em R\$ deve ser expressa em até quatro casas decimais, e a coluna “Valor Total” em R\$ expressa com duas casas decimais, de cada item.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#) e pela Lei Municipal nº 7.238, de 2019.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.18.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18.7. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.7.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.7.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.7.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.18.7.4. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.18.8. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.8.3. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.8.4. Empresas brasileiras;

6.18.8.5. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.8.6. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.7 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.8 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.9 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.10 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, sob pena de desclassificação, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.11 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP,
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Cadastro de Sanções por Fornecedor, mantido pela Secretaria de Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo (https://www.bec.sp.gov.br/sancoes_ui/asp/consultaadministrativaforneceador.aspx);

f) Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste Edital.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 Contiver vícios insanáveis;

7.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.6.6 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12 Caso o Termo de Referência exija documentação complementar à proposta, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou servidor integrante do Serviço de Compras do DAE, mediante a apresentação do documento original, ou por declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade será verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5.1 Conforme Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023, será exigido o cadastramento da pessoa física em Sistema de Registro Cadastral utilizado pelo Município.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizados pela Administração data e horário exclusivos, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura, a ser agendados através do telefone (14) 3235-6181 e/ou e-mail secaopatrimonio@daebauru.sp.gov.br, contato com o Sr. Wagner Aparecido Galhardi Cousso, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro e postados/protocolados em originais ou cópias autenticadas, conforme casos previstos no item 8.4, juntamente com a proposta escrita, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação/desclassificação. O endereço para entrega é o seguinte:

Departamento de Água e Esgoto
Pregão nº 067/2026
Rua Padre João, nº 11-25
Vila Santa Tereza, Bauru, São Paulo
CEP 17012-020

8.13 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 3 (três) horas, para:

8.14.1 A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#) e art. 31 da Lei Municipal nº 7.238/2019).

9 DO TERMO DE CONTRATO

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de **03 (três)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4 Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10 DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de no máximo 30 (trinta) minutos;

10.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar

recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sempre que os mesmos estiverem disponíveis para tanto no Serviço de Compras do DAE.

10.10.1 Eventual pedido para extração de cópias será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo a mesma ser encaminhada ao Pregoeiro, arcando o requerente com os custos.

11 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

11.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

11.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 Fraudar a licitação;

11.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

11.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 Advertência;

11.2.2 Multa;

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8, 11.1.9 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail pregoeiro_samuel@daebauru.sp.gov.br c/c licit.compras@daebauru.sp.gov.br.**

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.daebauru.sp.gov.br.

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1 Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

13.11.2 ANEXO II - Minuta de Contrato e Termo de Ciência e de Notificação TCE/SP

13.11.3 ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços

13.11.4 ANEXO IV - Modelos de Cartas de Credenciamento e Outras Declarações

Bauru, 26 de junho de 2026.

Tatiana Almeida Nunes Silveira
Divisão Administrativa - DAE

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
DE MÃO DE OBRA**

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

Processo Administrativo nº 539/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Telefonia Móvel Pessoal SMP, com o fornecimento de aparelhos em regime de comodato, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM Nº 01 – AMPLA DISPUTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	75 ASSINATURAS MENSAL DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), COM LIGAÇÕES ILIMITADAS: LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (VC1, VC2 E VC3), PARA FIXO OU MÓVEL DE QUALQUER OPERADORA, INCLUINDO CAIXA POSTAL, ENVIO DE SMS, ROAMING NACIONAL ILIMITADO, USO ILIMITADO DO APLICATIVO WHATSAPP, FERRAMENTA ONLINE DE GERENCIAMENTO, PACOTE DE DADOS DE, NO MÍNIMO, 10GB E FORNECIMENTO DE CHIPS (SIM CARDS) COMPATÍVEL COM TECNOLOGIA 4G E 5G, PARA AS RESPECTIVAS LINHAS TELEFÔNICAS, COM FORNECIMENTO DE 75 APARELHOS SMARTPHONES EM REGIME DE COMODATO.	26387	Mês	24	14.585,6250	350.055,00

1.2 Especificações mínimas dos aparelhos:

1.2.1 Smartphone com sistema operacional Android versão 15 ou superior; Processador Octa Core 2.0GHZ; Memória 4GB de RAM ou superior; Tela display de no mínimo 6 polegadas; Dual Sim; Bateria Íons de Lítio de no mínimo 5000mAh; Conectividade LTE 5G, 4G, Wi-Fi, GPS, Bluetooth 5.0 ou superior,

NFC; Memória interna mínima de 128GB; Câmera principal com resolução de 32 megapixels; Câmera frontal de no mínimo 8 megapixels; Acessórios: carregador bivolt, cabo USB, extrator de chip (quando aplicável).

1.3 Especificações dos serviços:

1.3.1 O objeto da contratação compreende a **prestação contínua de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP)**, com o fornecimento de aparelhos em regime de comodato, não implicando transferência de propriedade à Contratante.

1.3.2 Os serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP) deverão ser de característica pós-pago mensal, com tecnologia digital de linha de voz, com ligações (VC1, VC2 e VC3) ilimitadas para qualquer operadora, envio de SMS, roaming nacional ilimitado, acesso à caixa postal / secretária eletrônica ilimitado, uso do aplicativo Whatsapp ilimitado, serviços de dados com tecnologia 4G ou superior e com franquia mínima de dados de 10 GB.

1.3.3 Fornecimento de 75 aparelhos SMARTPHONES ANDROID novos em regime de comodato.

1.3.4 Os serviços de telefonia móvel pessoal deverão possuir **cobertura e funcionamento em âmbito nacional**, inclusive em regime de **roaming nacional**, sem ônus adicional à CONTRATANTE, garantindo a continuidade da prestação do serviço em todo o território nacional, conforme regulamentação vigente da ANATEL.

1.3.5 Realização da portabilidade dos números existentes, quando necessário, sem interrupção dos serviços, em conformidade com as normas da ANATEL.

1.3.6 A execução dos serviços deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições mais restritivas à Contratada, desde que compatíveis com a legislação aplicável.

1.4 Requisitos dos Aparelhos de Telefonia Móvel:

1.4.1 Os dispositivos em comodato deverão ser novos e atender plenamente as funcionalidades contidas nas especificações técnicas presentes neste Termo de Referência, não sendo admitidos equipamentos usados, reconicionados, remanufaturados ou provenientes de mostruário.

1.4.2 Possuir **homologação válida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL**, em conformidade com a legislação e os normativos vigentes.

1.4.3 Dispor de **garantia integral prestada diretamente pelo fabricante**, com **abrangência em todo o território nacional**, por meio de rede de assistência técnica autorizada, própria ou credenciada, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE durante o período de garantia.

1.4.4 Contar com **rede de assistência técnica autorizada em âmbito nacional**, apta a realizar serviços de manutenção, reparo e substituição dos equipamentos sempre que necessário.

1.4.5 Ser acompanhados de **manual de instruções em língua portuguesa** e demais documentos exigidos pelo fabricante e pela legislação aplicável.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.5 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.6 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se destina a atender necessidade **contínua da Administração**, necessário para o funcionamento regular das atividades administrativas, operacionais e de atendimento, não se exaurindo com a entrega de um bem ou a execução pontual de uma obrigação. A prestação dos serviços de telefonia móvel é essencial para a comunicação institucional, inclusive para o uso de aplicativos de mensagens e realização de atividades externas pelos servidores.

1.6.1 **A vigência plurianual** mostra-se mais vantajosa, considerando a necessidade de **continuidade do serviço sem interrupções**, a **previsibilidade orçamentária**, a **otimização da gestão contratual** e a possibilidade de obtenção de **melhores condições comerciais** em razão da estabilidade da contratação, em consonância com a legislação vigente.

Prazo de Vigência

1.7 O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Dos Serviços

4.1 O presente Termo de Referência adota como base normativa os regulamentos e dispositivos vigentes da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, especialmente:

I – A **Resolução nº 777/2025 (Regulamento Geral dos Serviços de Telecomunicações – RGST)**, que dispõe sobre portabilidade numérica, regimes de numeração, continuidade da prestação do serviço, obrigações técnicas, direitos dos usuários e autorização das prestadoras;

II – A **Resolução nº 717/2019 (Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações – RQUAL)**, que define os parâmetros técnicos mínimos de qualidade, incluindo disponibilidade, latência, perda de pacotes, estabilidade e restabelecimento em caso de falhas;

III – A Resolução 765/2023 (Regulamento Geral dos direitos do Consumidor);

IV – A **Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações)**, no que se refere ao sigilo das comunicações, continuidade e regularidade dos serviços;

V – O **art. 5º, XII, da Constituição Federal**, que garante a inviolabilidade das comunicações telefônicas.

4.1.1 A Contratada deverá cumprir integralmente os dispositivos mencionados no item anterior, bem como toda a regulamentação da Anatel vigente, aplicável direta ou complementarmente à execução dos serviços objeto da contratação.

4.1.2 O serviço deverá atender aos indicadores de qualidade estabelecidos pela ANATEL, em especial os previstos no Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL).

4.1.3 Para o fornecimento de aparelhos em regime de comodato, deverão ser observadas as especificações técnicas mínimas previstas neste Termo de Referência, sendo admitida a oferta de aparelhos com características superiores.

4.1.4 O serviço contratado deverá possibilitar comunicação móvel eficiente, segura, estável e com ampla cobertura, garantindo suporte às atividades administrativas, operacionais, técnicas e de fiscalização.

4.1.5 É vedado à CONTRATADA bloquear ou cobrar excedentes após o consumo integral da franquia de Internet via dados móveis, devendo esta reduzir a velocidade de conexão até o início do próximo período.

4.1.6 A Contratada deverá prover canal de comunicação para suporte técnico e solicitação de serviços através de 0800 e e-mail.

Sustentabilidade:

4.2 A CONTRATADA deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada dos equipamentos substituídos ou inservíveis, ficando responsável pela **destinação ambientalmente adequada dos aparelhos de telefonia móvel, baterias e acessórios**, ao término da vigência contratual, em conformidade com a legislação ambiental aplicável, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.2.1 Sempre que possível, a Contratada deverá **priorizar meios digitais** para faturamento, envio de relatórios, comunicações e atendimento à Contratante, de forma a **reduzir o consumo de papel e a geração de resíduos**, sem prejuízo ao atendimento das obrigações contratuais

Da exigência de documentação complementar à proposta

4.3 Como documentação complementar à proposta comercial, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, com a finalidade exclusiva de comprovação da conformidade da proposta com as especificações deste Termo de Referência:

4.3.1 Descrição técnica do plano de serviços ofertado, contendo as principais características e condições de uso.

4.3.2 Ficha técnica, catálogo ou material oficial do fabricante referente ao modelo de aparelho ofertado.

4.3.3 Declaração de que os aparelhos ofertados são devidamente homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

4.3.4 Declaração de que os serviços ofertados atendem às exigências de cobertura nacional e roaming, conforme regulamentação do Serviço Móvel Pessoal (SMP).

4.3.5 Declaração de compromisso com a realização da portabilidade numérica das linhas existentes, nos termos da regulamentação vigente.

4.3.6 Os documentos previstos neste item possuem caráter **declaratório e informativo**, não substituindo a comprovação de requisitos de habilitação nem implicando exigência técnica restritiva à competitividade do certame.

4.3.7 O não envio da documentação acima, ensejará a desclassificação da licitante.

Subcontratação

4.4 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 16:30 horas, junto ao Serviço de Patrimônio, pelo telefone (14) 3235-6181, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura do certame licitatório, não sendo possível o agendamento após a data limite.

4.6.1 A Vistoria tem por finalidade obter, para a utilização e exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) licitante(s), toda a informação necessária à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução da mesma; formas e condições de suprimentos; meios de acesso ao local. Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade da empresa licitante

4.7 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 A CONTRATADA se obriga a habilitar as linhas e entregar os aparelhos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato;

5.1.2 A prestação dos serviços será formalizada por meio de Ordem de Serviço, emitida pelo(a) representante da CONTRATANTE. Sua efetivação dependerá da apresentação, por parte da

CONTRATADA, de toda a documentação necessária e da disponibilização dos smartphones em regime de comodato, devidamente habilitados e prontos para uso;

5.1.3 Os serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) deverão ser do tipo pós-pago mensal, com tecnologia digital, contemplando ligações ilimitadas (VC1, VC2 e VC3), SMS ilimitado, roaming nacional ilimitado, caixa postal ilimitada, WhatsApp ilimitado sem consumo de franquia e acesso à internet móvel 4G ou superior, com franquia mínima de 10 GB, para 75 (setenta e cinco) linhas, incluindo o fornecimento de aparelhos smartphones Android em regime de comodato, com preço mensal fixo, vedada a cobrança de valores adicionais não previstos contratualmente.

5.1.4 Após o consumo integral da franquia de dados móveis contratada, a Contratada não poderá efetuar bloqueio do serviço nem cobrança de valores excedentes, devendo proceder apenas à redução da velocidade de conexão, conforme regulamentação vigente da ANATEL, até o início do próximo ciclo de faturamento.

5.1.5 Os chips (SIM Card ou eSIM) deverão ser habilitados com serviços de dados conforme as franquias mínimas estabelecidas, observadas as normativas da ANATEL.

5.1.6 Os cartões SIM serão fornecidos gratuitamente, em formato triplo corte, no início do contrato e sempre que requisitados.

5.1.7 Os aparelhos e CHIPS fornecidos pela CONTRATADA deverão ser devolvidos ao final da vigência contratual em um prazo máximo de 60 (trinta) dias, no estado em que se encontrarem, sem que caiba qualquer ressarcimento por parte da Contratante.

5.1.8 As linhas contratadas deverão possuir abrangência nacional, incluindo funcionamento em regime de roaming, sem cobrança adicional à Contratante.

5.1.9 O serviço deverá garantir comunicação móvel eficiente, segura e estável, atendendo às necessidades administrativas, operacionais e de fiscalização da Contratante.

5.1.10 As linhas contratadas deverão possuir **abrangência nacional**, com funcionamento em todo o território brasileiro, inclusive em regime de roaming, **sem ônus adicional à Contratante**, conforme regulamentação vigente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para o Serviço Móvel Pessoal (SMP).

5.1.11 **No município de Bauru, a Contratada deverá disponibilizar cobertura de sinal compatível com os padrões técnicos e de qualidade estabelecidos pela ANATEL para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), de modo a possibilitar a utilização regular dos serviços em todo o território municipal, observadas as condições normais de propagação do sinal e as características da tecnologia empregada, sendo consideradas prioritárias, para fins de referência, as bases operacionais e unidades regionais do Departamento de Água e Esgoto de Bauru listadas a seguir, sem caráter restritivo:**

a) UR 01 - T1 (Praça Portugal) - Rua Júlio Maringoni, q. 13;

- b) UR 02 - (Sede) - Rua Padre João, nº 11-25;
- c) UR 04 - (Parque Paulistano) - Rua Capitão Alcides, q. 12;
- d) UR 05 (Alto Paraíso) - Rua Salvador Filardi, q. 09;
- e) UR 06 (Ypê) - Alameda Ypê, q. 01;
- f) UR 12 (R3/12 - IX de Julho) - Alameda Ptolomeu, q. 03;
- g) R 04 - Novo - Rua José Fortunato Molina, q. 09 - Distrito Industrial I;
- h) Estação de Captação e Mananciais do Rio Batalha – Estrada Municipal Plínio Homem de Gois Filho, 2,3 km segmento rural;
- i) Estação de Tratamento de Água (ETA) - Avenida José Henrique Ferraz, q. 20, s/nº.

Dos Aparelhos

5.2 Para o fornecimento de aparelho por assinatura contratada, deverão ser consideradas as especificações técnicas mínimas para a escolha do aparelho, não impedindo a CONTRATADA de ofertar aparelho com características superiores às especificadas no item 1 deste Termo de Referência.

5.2.1 A entrega deverá ser realizada na Sede do Departamento de Água e Esgoto, situado na Rua Padre João, nº 11-25 – Vila Santa Tereza – Bauru/SP, CEP: 17.012-020, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 11h00 horas e das 13h00 às 16h30 horas, sendo o transporte, carga e descarga por conta da CONTRATADA. A entrega do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada, através de servidor do Serviço de Patrimônio.

5.2.3 Os aparelhos móveis e seus respectivos acessórios deverão ser entregues em perfeitas condições de utilização, juntamente com a Nota Fiscal, ou nota fiscal eletrônica (quando exigível em lei) que será conferida e atestada pelo gestor/fiscal do contrato.

5.2.4 Todos os aparelhos deverão ser novos, sem uso, originais e em linha de produção, fornecidos em suas embalagens originais, acompanhados dos acessórios padrão, como, pelo menos, 01 (uma) bateria original de longa duração, 01 (um) carregador para bateria bivolt (110-220V), certificado de garantia mínima de 12 (doze) meses, assim como manual de utilização em português, bem como todos os 75 (setenta e cinco) CHIPS (SIM CARDS) devidamente habilitados.

5.2.5 Todos os aparelhos fornecidos deverão estar em conformidade com as normas da ANATEL, atualizados e aptos ao uso imediato, com garantia de funcionalidade e segurança.

5.2.6 Ser **totalmente compatíveis com a infraestrutura e as tecnologias da rede da CONTRATADA**, garantindo o pleno funcionamento dos serviços de voz, dados e demais funcionalidades contratadas;

5.2.7 Ser fornecidos **desbloqueados**, permitindo sua utilização com outras operadoras, conforme legislação vigente e normativos da ANATEL, quando solicitado pela CONTRATANTE ou ao término da vigência contratual;

5.2.8 A renovação dos aparelhos fornecidos em regime de comodato ocorrerá exclusivamente em caso de prorrogação contratual, para novo período de 24 (vinte e quatro) meses, com substituição por aparelhos novos, conforme especificações técnicas deste Termo de Referência.

5.2.9 Ao término da vigência contratual, a contratada deverá proceder à retirada dos equipamentos fornecidos em regime de comodato, sem ônus para a contratante, conforme procedimentos específicos previstos no item de transição e finalização contratual.

Do Suporte

5.3 A CONTRATADA deverá fornecer um número telefônico para registro das reclamações (Centro de Atendimento) sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 dias por semana, com contato através de telefone fixo, um número de fax, um endereço de e-mail e/ou pessoalmente.

5.3.1 O Centro de Atendimento deve estar apto a habilitar/desabilitar aparelhos móveis, providenciar a troca de aparelhos, fornecer relatórios de minutagem utilizada e de valores pagos pela Contratante, emitir e enviar 2ª (segunda) via de faturas, providenciar refaturamento em caso de contestação de valores, providenciar o acréscimo ou o decréscimo na quantidade de linhas celulares contratadas, de acordo com a legislação pertinente, enviando, no caso de acréscimo, os respectivos aparelhos novos e CHIPS (SIM CARDS) a serem habilitados, nas mesmas condições descritas neste Termo de Referência. No caso de decréscimo, providenciar a imediata baixa da linha suprimida, como também o recolhimento do aparelho móvel desabilitado.

5.3.2 A CONTRATADA deverá assegurar e disponibilizar sistema de GESTÃO ON-LINE e gerenciamento da comunicação móvel, de forma a possibilitar o acompanhamento do uso de cada linha telefônica celular, bem como definir perfis de uso, controlando os horários para originar chamadas, o consumo de cada aparelho e os tipos de ligação (voz), sem custo adicional por esse serviço.

Dos Prazos de Atendimento e Execução dos serviços (SLA)

5.4 A contratada deverá observar os prazos máximos abaixo estabelecidos para atendimento das demandas da contratante, contados a partir da solicitação formal:

5.4.1 Em caso de falhas ou indisponibilidade dos serviços:

- a) registro do chamado: imediato;
- b) resposta inicial: em até 4 (quatro) horas;
- c) solução de falhas críticas (interrupção total): em até 8 (oito) horas;
- d) solução de falhas moderadas (degradação significativa, sem interrupção total): em até 24

(vinte e quatro) horas;

e) solução de falhas simples (não impede a continuidade das atividades): em até 48 (quarenta e oito) horas.

5.4.2 Para solicitações de bloqueio e desbloqueio:

- a) bloqueio de linha: em até 2 (duas) horas;
- b) desbloqueio de linha: em até 4 (quatro) horas.

5.4.3 A contratada deverá atender às solicitações da contratante nos seguintes prazos:

- a) alterações cadastrais: em até 24 (vinte e quatro) horas;
- b) envio de relatórios: em até 2 (dois) dias úteis;
- c) demais solicitações operacionais: em prazo compatível com sua complexidade, não superior a 5 (cinco) dias úteis, salvo justificativa aceita pela contratante.

5.4.4 Em relação ao faturamento:

- a) disponibilização de faturas: **em até 5 (cinco) dias úteis antes da data de vencimento;**
- b) correção de cobranças indevidas: em até 5 (cinco) dias úteis.

5.4.5 Os prazos estabelecidos neste Termo de Referência serão contados a partir da formalização da solicitação pela contratante, por meio de canal oficial de comunicação. Excepcionalmente, tais prazos poderão ser revistos, mediante apresentação de justificativa técnica fundamentada pela contratada, a qual deverá ser previamente analisada e expressamente aceita pela contratante.

5.4.6 Os prazos estabelecidos neste Termo de Referência não afastam a obrigatoriedade de cumprimento das normas e regulamentos expedidos pela ANATEL, devendo prevalecer o que for mais benéfico à contratante e compatível com a regulamentação vigente.

5.4.7 O não cumprimento dos prazos estabelecidos caracterizará falha na execução contratual, sujeitando a contratada às penalidades cabíveis, nos termos da Lei 14.133/2021.

5.4.8 Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato.

5.4.9 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.4.10 Cronograma de realização dos serviços:

- a) Implantação e entrega de equipamentos e ativação.
- b) Operacionalização e início dos serviços regulares.

c) Monitoramento e acompanhamento contínuo durante o contrato.

d) Relatório Final e entrega de relatório de encerramento.

5.4.11 Etapa ... período / a partir de / após concluído ...

a) A partir da assinatura do contrato. Entrega e ativação das linhas; disponibilização dos aparelhos móveis em perfeitas condições de uso; orientação aos usuários quanto ao funcionamento dos dispositivos e dos planos contratados.

b) Após a entrega e ativação dos aparelhos e linhas contratadas. Início da prestação regular do serviço de telefonia móvel, com atendimento às rotinas operacionais, suporte técnico, acompanhamento da qualidade do sinal, e monitoramento do uso.

c) Durante toda a vigência contratual. Manutenção do funcionamento das linhas e aparelhos, gestão contratual.

d) Após o término ou rescisão do contrato, a Contratada deverá devolver os aparelhos em comodato, no estado em que se encontram, quitar pendências e formalizar o encerramento contratual.

Local e horário da prestação dos serviços

5.5 A prestação dos serviços objeto desta contratação deverá ocorrer em **todo o território do Município de Bauru/SP**, abrangendo todas as unidades, bases operacionais e locais de atuação da Contratante, **de forma contínua**, observada a natureza do Serviço Móvel Pessoal (SMP), **vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana**, inclusive aos finais de semana e feriados.

Rotinas a serem cumpridas

5.6 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

a) A contratada deverá realizar a ativação de todas as linhas móveis e a entrega dos aparelhos em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato.

b) Em caso de defeito, avaria ou mau funcionamento dos aparelhos fornecidos em comodato, a contratada deverá proceder com a substituição por equipamento equivalente, em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante.

c) Deverá ser apresentado, mensalmente, relatório detalhado de uso das linhas telefônicas, com informações sobre consumo de dados, ligações realizadas e recebidas, envio de SMS, entre outros dados pertinentes à gestão dos serviços.

d) A contratada deverá manter atualizados os dados cadastrais das linhas e dos aparelhos vinculados, comunicando quaisquer alterações relevantes à contratante.

e) Ao término do contrato, os aparelhos fornecidos em comodato deverão ser devolvidos pela contratante em condições compatíveis com o uso regular.

Obrigações da Contratada

5.7 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos encargos assumidos na contratação e por todos os demais encargos que lhe serão atribuídos segundo a legislação vigente;

5.7.1 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, devendo comunicar, por escrito a CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a execução do objeto;

5.7.2 Assegurar cobertura de sinal 4G (ou superior), observados os padrões mínimos de cobertura e qualidade definidos pela ANATEL para o Serviço Móvel Pessoal (SMP);

5.7.3 Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.7.4 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.7.5 Emitir relatórios gerenciais periódicos contendo informações sobre consumo, tráfego de voz, dados, SMS e eventuais interrupções ou ocorrências relevantes, de forma a possibilitar o controle e a gestão administrativa das linhas pela CONTRATANTE;

5.7.6 Realizar, quando for o caso, a transição contratual, prestando os esclarecimentos necessários e transferindo as informações que permitam a continuidade dos serviços, de forma organizada e transparente;

5.7.7 Observar, durante toda a execução contratual, os princípios e diretrizes da Política de Segurança da Informação, bem como os dispositivos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), responsabilizando-se por eventuais incidentes de segurança ou vazamento de dados;

5.7.8 Manter canais de atendimento eletrônico e telefônico disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, conforme os níveis de serviço acordados e definidos no Termo de Referência;

5.7.9 Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, transporte, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência, correrão por conta da Contratada.

Obrigações da Contratante

5.8 Encaminhar formalmente à Contratada as solicitações de serviços, como ativação de linhas, substituição de chips e aparelhos, ou outras demandas previstas no objeto, por meio de comunicação oficial (e-mail, sistema ou outro meio acordado);

5.8.1 Receber e conferir os equipamentos fornecidos pela Contratada, atestando o recebimento daqueles que estiverem em conformidade com o objeto contratado e com as especificações previstas no Termo de Referência;

5.8.2 Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

5.8.3 Efetuar o pagamento no prazo previsto neste Termo de Referência;

5.8.4 Comunicar formalmente à Contratada todas e quaisquer ocorrências ou anomalias relacionadas à execução dos serviços contratados;

5.8.5 Fornecer à Contratada as informações necessárias e corretas para a execução dos serviços, tais como dados cadastrais dos usuários, informações de portabilidade, endereços das unidades e quaisquer outros elementos indispensáveis ao bom desempenho do contrato;

5.8.6 Zelar pela adequada guarda e conservação dos equipamentos recebidos em comodato, responsabilizando-se por eventual extravio ou dano decorrente de mau uso por parte dos usuários, ressalvadas as condições de desgaste natural ou defeito de fabricação;

5.8.7 Zelar pela boa utilização das linhas e recursos de telefonia móvel, orientando os servidores quanto ao uso responsável e institucional dos serviços, de modo a garantir a economicidade, a eficiência e o uso adequado dos recursos públicos. Adotar as medidas administrativas necessárias à regularidade, continuidade e controle da execução contratual, inclusive quanto à emissão das Autorizações de Fornecimento, fiscalização, aplicação de sanções e eventuais prorrogações, nos termos da legislação vigente;

Materiais a serem disponibilizados

5.9 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar **todos os materiais, equipamentos e insumos necessários e indispensáveis ao pleno funcionamento dos serviços contratados**, em quantidade e qualidade adequadas, promovendo sua substituição sempre que necessário, **sem qualquer ônus adicional à Contratante**, observadas as disposições deste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.10 O presente Termo de Referência contém **todas as informações, requisitos técnicos, operacionais e comerciais essenciais** para a adequada elaboração e dimensionamento da proposta pelas licitantes, não sendo exigidas informações adicionais além daquelas expressamente previstas neste documento, no edital e em seus anexos.

Especificação da garantia do serviço

5.11 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Garantia, manutenção e assistência técnica dos aparelhos

5.12 O prazo de garantia contratual dos smartphones fornecidos em comodato, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do equipamento.

5.12.1 A assistência técnica, assim como a garantia dos aparelhos seguirão normas estabelecidas pelo fabricante dos aparelhos, ficando a CONTRATANTE responsável pelo encaminhamento dos aparelhos para a rede credenciada de manutenção assim como a interação junto ao fabricante no caso de substituição de equipamentos.

5.12.2 Fica estabelecido que, na hipótese de serem detectados defeitos no(s) equipamento(s) que não seja(m) coberto(s) pela garantia do fabricante, ou seja, decorrente(s) do uso indevido pela CONTRATANTE, a Assistência Técnica fará o reparo do(s) respectivo(s) equipamento(s), desde que autorizado e subsidiado pela CONTRATANTE.

5.12.3 **Durante o período de recebimento provisório**, os aparelhos de telefonia móvel entregues pela Contratada que apresentarem **defeitos de fabricação, mau funcionamento, avarias**, bem como **desconformidade com as especificações técnicas** estabelecidas neste Termo de Referência, **deverão ser substituídos pela Contratada**, às suas expensas, por **aparelhos novos**, de mesma marca e modelo ofertados ou equivalentes, plenamente compatíveis com as especificações exigidas, **sem qualquer ônus para a Contratante**.

5.12.4 A substituição deverá ocorrer em prazo máximo de 30 **(trinta) dias**, contados da comunicação formal da Contratante, **não sendo admitido o encaminhamento dos aparelhos à assistência técnica** nesse período.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.13 A contratada deverá elaborar e executar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um plano de implementação visando à migração dos serviços atualmente prestados, contemplando obrigatoriamente a **portabilidade numérica das linhas móveis**, conforme diretrizes abaixo:

- I – apresentação de cronograma detalhado de entrega e ativação das linhas;
- II – apresentação de cronograma detalhado para a realização da portabilidade, de forma gradual ou em lotes, conforme alinhamento com a contratante, de modo a minimizar impactos operacionais;
- III – garantia de continuidade dos serviços durante todo o processo de transição;
- IV – comunicação prévia à contratante sobre cada etapa da migração;
- V – disponibilização de suporte técnico dedicado durante o período de transição.

5.13.1 A portabilidade deverá ser concluída no prazo máximo estabelecido pela regulamentação da ANATEL, contado a partir da solicitação formal, salvo justificativa devidamente aceita pela contratante.

5.13.2 O processo de portabilidade deverá ser executado de forma a **assegurar a continuidade do serviço**, admitindo-se apenas **eventual e breve interrupção**, estritamente necessária à efetivação da portabilidade, a qual deverá ser **minimizada ao máximo**, sem prejuízo às atividades da Contratante.

5.13.3 Eventuais falhas, interrupções ou inconsistências decorrentes do processo de portabilidade deverão ser corrigidas imediatamente pela contratada, sem ônus adicional.

5.13.4 Ao término do contrato, a CONTRATADA prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

5.13.5 **Liberação da numeração atual (portabilidade numérica)**, quando aplicável, em conformidade com as normas da ANATEL, garantindo que os números utilizados pelo órgão possam ser mantidos pela nova operadora.

5.13.6 **Suporte técnico durante o período de transição**, para esclarecimento de dúvidas, resolução de eventuais pendências e cooperação com os procedimentos de ativação da nova operadora.

5.13.7 **Entrega de relatório de encerramento**, contendo a descrição dos serviços prestados e status das linhas e retirada dos aparelhos.

5.13.8 Ao término da vigência contratual, inclusive em caso de rescisão ou não prorrogação, os aparelhos fornecidos em regime de comodato deverão ser devolvidos no estado em que se encontrarem, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, cabendo exclusivamente à contratada a responsabilidade pela retirada dos equipamentos, sem qualquer ônus à contratante e de forma a não prejudicar a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

5.13.9 A retirada deverá ser previamente agendada com a contratante, podendo ser realizada de forma gradual, conforme necessidade do serviço, garantindo-se a continuidade da prestação até a completa transição para eventual nova contratação.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.13 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.14 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.15 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.16 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.17 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.18 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.19 No caso de substituição ou afastamento do preposto, temporariamente ou definitivamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto no prazo de 01 (um) dia útil.

6.20 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.21 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#) e Decreto Municipal nº 16.666, de 2023).

6.22 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.22.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.22.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.22.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.22.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.22.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.23 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.24 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.24.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.24.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.25 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.26 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.27 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.28 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.29 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.30 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.31 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Serviço de Controladoria Financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.31.1 Receber e dar encaminhamento imediato:

6.31.1.1 Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.31.1.2 À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto neste item.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 Não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1 Apresentar, mensalmente, a Nota Fiscal/Fatura em via impressa ou digital, no formato pdf, individualizada por serviço contratado, com valor total e o respectivo detalhamento dos serviços prestados no mês anterior, com discriminação das alíquotas dos impostos, contribuições e retenções tributárias inclusas no preço, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis, antes da data de seu vencimento;

7.3.2 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação, a CONTRATADA será oficialmente comunicada do fato, pelo Gestor do Contrato e a partir desta data, o pagamento ficará suspenso até que seja providenciado pela CONTRATADA as medidas saneadoras.

7.3.3 Na hipótese do subitem acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante, sendo que, nenhum pagamento de fatura em atraso será efetuado enquanto estiver pendente de correção, por motivo de valores de tarifas cobradas indevidamente ou acima do contratado, não cabendo a suspensão dos serviços contratados por falta de pagamento, sob pena de aplicações de sanções contratuais.

Recebimento

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10.3 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10.4 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.10.5 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.10.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.12.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Municipal nº 16.666, de 2023);

7.12.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.12.3 Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.12.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.12.5 Enviar a documentação pertinente ao Serviço de Controladoria Financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.13 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.16 Dado o atesto / recebimento provisório da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.17 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1 O prazo de validade;

7.17.2 A data da emissão;

7.17.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4 O período respectivo de execução do contrato;

7.17.5 O valor a pagar; e

7.17.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.19 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.20 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto / recebimento provisório.

7.26 No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por

aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.31 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/04/2026.

7.32 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.33 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.34 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.35 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.36 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.37 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.38 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 **Multa:**

8.2.4.1 Moratória de 0,021% (zero vírgula zero vinte e um por cento) por hora de atraso **E/OU** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

8.2.4.2 O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.4.2.1 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “h” do subitem 8.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 As peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2 O regime de execução do objeto será de preço global.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto

ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

9.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

9.12 Certificado ou ato oficial que comprove a autorização da empresa junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para a prestação dos serviços de telefonia móvel pessoal.

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023), ou de sociedade simples;

9.23 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

Qualificação Técnica

9.24 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.25 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.26 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.26.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.26.1.1 O(s) atestado(os) deverá(ão) estar necessariamente em nome da licitante e ser(em) apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou

representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, sendo considerada compatível a quantidade de 50% do objeto licitado, em consonância com o art. 67, § 2º da Lei 14.133, de 2021.

9.26.1.2 O(s) atestado(os) do item anterior, deverá(ão) demonstrar a prestação de serviços de telefonia móvel, equivalente(s) a aproximadamente 38 linhas móveis corporativas, acompanhadas do respectivo fornecimento de aparelhos em comodato;

9.26.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.26.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.26.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.27 Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.28 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.29 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentações complementares

9.32 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.32.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.32.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.32.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.32.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.32.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.32.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.32.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.33 Se, por ocasião da formalização da contratação, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.33.1 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para que no prazo de 2 (dois) dias úteis comprove as exigências referidas com os prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar e serem aplicadas as penalidades legais cabíveis.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 350.055,00 [trezentos e cinquenta mil e cinquenta e cinco reais], conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação: Ficha nº 1282.

- I) Gestão/Unidade: 05.01.01;
- II) Fonte de Recursos: 04.110.0000;
- III) Programa de Trabalho: 5001;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - 58.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), compreendendo assinatura mensal de linha de voz, nas modalidades local e Longa Distância Nacional ilimitadas (VC1, VC2 e VC3), com uso ilimitado do aplicativo WhatsApp, incluindo fornecimento de Smartphones, novos, em linha de produção, com pacote de dados, com os respectivos SIMCARDS 4G/5G ou superior, para acesso à internet com franquia mínima de dados de 10GB, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações para prestação de serviço, para atender às necessidades da estrutura administrativa do Departamento de Água e Esgoto de Bauru.

A contratação decorre da necessidade de garantir meios adequados e eficientes de comunicação móvel para o desempenho das atividades institucionais do órgão. Na atualidade, os **smartphones tornaram-se ferramentas essenciais de trabalho**, extrapolando a função tradicional de chamadas telefônicas e assumindo papel central na comunicação, no atendimento ao público e na execução de rotinas administrativas.

Diversos setores do órgão realizam **atendimento direto à população por meio de aplicativos de mensagens instantâneas, especialmente o WhatsApp**, utilizado para esclarecimento de dúvidas, agendamento de serviços, envio de orientações, recebimento de solicitações e acompanhamento de demandas. Esse canal de comunicação tem se mostrado ágil, acessível e amplamente utilizado pela população, contribuindo para a melhoria da transparência, da eficiência administrativa e da qualidade do serviço público prestado.

Além do atendimento ao público, os smartphones possibilitam múltiplas **usabilidades indispensáveis ao cotidiano administrativo**, tais como:

- comunicação instantânea entre equipes internas;
- envio e recebimento de documentos, imagens e registros técnicos;
- apoio a atividades externas, fiscalizações, vistorias, atendimentos em campo e ações emergenciais.

A inexistência ou insuficiência de aparelhos adequados compromete a continuidade desses serviços, gera dificuldades de comunicação, atrasos no atendimento ao cidadão e prejuízos à eficiência operacional dos setores. Ademais, a utilização de equipamentos pessoais para fins institucionais não se mostra adequada, seja por questões de segurança da informação, seja pela necessidade de padronização, controle e responsabilidade administrativa.

Considerando que o contrato administrativo n.º 084/2021, vinculado ao processo n.º 4719/2020, firmado com a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A e que possui como objeto a "contratação de Serviço Telefônico Móvel Pessoal para atender ao Departamento encerra-se em 27/08/2026, completando-se 60 meses de execução, portanto, não poderá ser renovado, exceto excepcionalmente, e observando a relevância da ferramenta administrativa que o presente objeto configura, instaura-se novo processo licitatório com vistas à contratação de empresa especializada em telecomunicação para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP – Serviço Móvel Pessoal).

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

A previsão da contratação dos serviços de telefonia móvel está alinhada com o planejamento da Administração, conforme demonstrado na Lei Orçamentária Anual (LOA) elaborado para o exercício 2026. As despesas serão suportadas pela ficha orçamentária n.º 1282.

III - Requisitos da contratação:

A contratação deverá contemplar a prestação de **serviços de telefonia móvel**, com fornecimento de **aparelhos celulares em regime de comodato**, compatíveis com as necessidades operacionais do órgão, observando-se os seguintes requisitos mínimos:

- Fornecedor de **smartphones novos**, em linha regular de fabricação, com garantia mínima de 12 meses, em perfeito estado de funcionamento, compatíveis com as redes móveis disponíveis no território nacional;
- Compatibilidade com tecnologias atuais de comunicação móvel (4G ou superior), assegurando qualidade de voz, dados e estabilidade de conexão;
- Disponibilização de planos de serviços de voz e dados adequados às demandas institucionais, com possibilidade de chamadas locais e de longa distância, bem como acesso à internet móvel e WhatsApp ilimitado;
- Garantia de funcionamento contínuo dos serviços, com suporte técnico e canais de atendimento para registro e acompanhamento de chamados;
- Possibilidade de bloqueio, desbloqueio e gerenciamento das linhas e dos aparelhos, sempre que solicitado pela Administração.

Em observância aos princípios da sustentabilidade e do uso racional dos recursos públicos, a contratação deverá atender, sempre que aplicável, aos seguintes critérios:

1. Redução de resíduos sólidos, considerando que o regime de comodato transfere à contratada a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada dos aparelhos ao final da vigência contratual;
2. Adoção de práticas de **logística reversa**, em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente quanto ao descarte de equipamentos eletrônicos, baterias e acessórios;
3. Incentivo ao uso de meios digitais para faturamento, relatórios, comunicações e atendimento, reduzindo a necessidade de impressões e consumo de papel.

Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, qual seja, a prestação dos serviços de telefonia móvel com fornecimento de aparelhos em regime de comodato. A vedação à subcontratação visa assegurar a responsabilidade direta da contratada pela execução integral dos serviços, garantindo maior controle, segurança da informação, qualidade do atendimento e continuidade do serviço. Ademais, trata-se de serviço essencial, cuja fragmentação poderia comprometer a gestão contratual e a eficiência da prestação.

As licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta, os seguintes documentos e informações técnicas:

- Descrição detalhada dos planos de telefonia móvel ofertados, incluindo franquias de voz, dados, mensagens e eventuais serviços adicionais;
- Especificação técnica dos aparelhos a serem fornecidos em comodato, contendo marca, modelo, principais características e comprovação de que se encontram em linha regular de fabricação;
- Declaração de que os serviços e equipamentos ofertados atendem às normas e regulamentações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- Comprovação de que a empresa possui autorização válida da ANATEL para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

Para fins de qualificação técnica, será exigida a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. A exigência de qualificação técnica tem por finalidade assegurar que a empresa possua experiência prévia na prestação de serviços de telefonia móvel, reduzindo riscos à execução contratual e garantindo a adequada prestação dos serviços essenciais ao funcionamento do órgão.

Não haverá a necessidade de exigências adicionais prévias à adjudicação, além daquelas previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório. As exigências técnicas e de habilitação previstas são suficientes para garantir a capacidade da futura contratada em executar o objeto, não sendo necessária a imposição de requisitos adicionais que possam restringir indevidamente a competitividade do certame.

IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:

A estimativa das quantidades para a presente contratação foi elaborada com base no **levantamento das necessidades atuais dos setores do órgão**, no **histórico de utilização de serviços de telefonia móvel**, bem como na **análise de contratações anteriores e vigentes**, considerando, ainda, a possibilidade de **economia de escala** decorrente da contratação unificada.

Quantitativo Estimado

Estima-se a contratação de **75 (setenta e cinco) linhas de telefonia móvel**, cada uma contemplando:

- Plano de dados móveis com **acesso à internet**;
- **Fornecimento de 75 (setenta e cinco) aparelhos em regime de comodato**;
- **Uso ilimitado do aplicativo WhatsApp**, incluindo mensagens, chamadas de voz e vídeo, conforme disponibilidade técnica da operadora;
- Serviços de voz compatíveis com as necessidades institucionais.

Memória de Cálculo

A definição do quantitativo de 75 linhas móveis decorre da seguinte composição estimada:

- Linhas atualmente em uso nos setores administrativos e operacionais: **65 linhas**;
- Necessidade de ampliação para atendimento de novos servidores, unidades descentralizadas e reforço de equipes externas: **aproximadamente 05 linhas**;
- Margem técnica para substituições, contingências operacionais e eventuais novas demandas durante a vigência contratual, inclusive emergencial: **aproximadamente 05 linhas**.

Total estimado: 75 linhas móveis.

Tal quantitativo visa garantir a continuidade dos serviços, a flexibilidade administrativa e o atendimento a demandas futuras previsíveis, sem necessidade de contratações emergenciais ou fracionadas.

Contratações Anteriores, Atas e Contratos Vigentes

A estimativa de consumo considerou o histórico de contratações correlatas realizadas pelo órgão, notadamente:

- Contrato vigente nº 084/2021 de prestação de serviços de telefonia móvel, contemplando quantitativos semelhantes, os quais se mostraram adequados ao atendimento das demandas institucionais;

Esses documentos dão suporte à estimativa apresentada e demonstram a aderência do quantitativo proposto à realidade operacional do órgão.

Interdependências com Outras Contratações e Economia de Escala

A contratação das 75 linhas móveis foi planejada de modo a evitar a fragmentação das contratações, facilitando a gestão contratual, visando a **economia de escala**, uma vez que a contratação de maior volume tende a resultar em melhores condições comerciais, preços mais vantajosos e ampliação de benefícios associados aos planos ofertados.

A centralização da demanda em um único contrato também contribui para a padronização dos serviços, a redução de custos administrativos e a maior previsibilidade orçamentária.

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

Foram identificadas as seguintes alternativas de solução:

Alternativa 1 – Contratação de serviço de telefonia móvel com fornecimento de aparelhos em regime de comodato

Nesta alternativa, a Administração contrata os serviços de telefonia móvel e recebe os aparelhos celulares em regime de comodato, permanecendo a propriedade dos equipamentos com a empresa contratada.

Vantagens:

- Eliminação do custo inicial de aquisição dos aparelhos;
- Redução de despesas com manutenção, reposição e substituição de equipamentos defeituosos ou obsoletos;
- Atualização tecnológica dos aparelhos durante a vigência contratual;
- Simplificação da gestão patrimonial, uma vez que os bens não integram o patrimônio do órgão;
- Previsibilidade orçamentária, com custos concentrados na mensalidade do serviço;
- Responsabilidade da contratada pela destinação ambientalmente adequada dos aparelhos ao final do contrato.

Desvantagens:

- Dependência contratual para substituição e manutenção dos aparelhos;
- Menor flexibilidade para utilização dos equipamentos fora das condições contratuais estabelecidas.

Alternativa 2 – Aquisição de aparelhos e contratação separada dos planos de telefonia móvel

Nesta alternativa, a Administração adquire os aparelhos celulares e contrata, de forma independente, os planos de telefonia móvel.

Vantagens:

- Propriedade dos aparelhos pela Administração;
- Maior autonomia para utilização e substituição dos equipamentos.

Desvantagens:

- Elevado custo inicial para aquisição dos aparelhos;
- Necessidade de previsão orçamentária específica para compra e reposição de equipamentos;
- Custos adicionais com manutenção, consertos e substituições por obsolescência;
- Necessidade de controle patrimonial, inventário e gestão de bens;
- Risco de desatualização tecnológica ao longo do contrato;
- Maior complexidade administrativa e operacional.

A contratação de serviços de telefonia móvel com fornecimento de aparelhos em regime de comodato mostra-se a solução mais adequada, em razão:

- da redução de custos operacionais;
- da simplificação da gestão contratual e patrimonial;
- da maior previsibilidade orçamentária;
- da agilidade na substituição de equipamentos.

Sob a ótica técnica e econômica, a **solução** mostra-se a alternativa mais vantajosa, considerando:

- menor custo global ao longo da vigência contratual;
- redução de riscos financeiros e operacionais;
- maior eficiência administrativa;
- atendimento pleno às necessidades institucionais;
- alinhamento com princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade.

Alternativa 3 - Locação de Aparelhos com Contratação Separada de Planos

Do ponto de vista **econômico**, a locação de aparelhos implica a cobrança mensal específica pelo uso dos equipamentos, a qual se soma ao custo dos planos de telefonia móvel, resultando em **maior custo global da contratação** ao longo da vigência contratual.

Sob o aspecto **administrativo**, a adoção da locação exigiria a gestão de contratos distintos — um para a locação dos equipamentos e outro para a prestação dos serviços de telefonia — aumentando a complexidade da fiscalização, o número de gestores e fiscais designados, bem como os riscos de descumprimento contratual.

Adicionalmente, a alternativa de locação não apresenta vantagens significativas em relação ao comodato no que se refere à atualização tecnológica, segurança da informação ou padronização dos equipamentos, não havendo ganho operacional que justifique o acréscimo de custos e de complexidade administrativa.

O levantamento de mercado indicou que a contratação em regime de comodato, aliada à centralização da demanda em um único contrato, configura a opção menos onerosa para a Administração, considerando o custo total de propriedade, manutenção e gestão dos equipamentos. A não adesão ao regime de comodato acarretaria **ônus financeiro superior, maior complexidade de gestão e potencial prejuízo à eficiência**.

administrativa, razão pela qual a solução de **contratação de telefonia móvel com fornecimento de aparelhos em regime de comodato** foi considerada a alternativa mais adequada e vantajosa para o atendimento do interesse público.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte:

A estimativa para esta contratação é de R\$ R\$ 350.055,00 (trezentos e cinquenta mil e cinquenta e cinco reais), conforme pesquisas anexas a este Estudo Técnico Preliminar.

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

A solução proposta consiste na **contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia móvel**, com o fornecimento de **75 (setenta e cinco) linhas móveis**, incluindo planos de voz e dados com acesso à internet e **uso ilimitado do aplicativo WhatsApp**, bem como o **fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato**, necessários à execução das atividades institucionais do órgão.

A contratação abrangerá a **prestação contínua dos serviços de telecomunicações**, contemplando não apenas o fornecimento das linhas e dos planos, mas também toda a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, incluindo ativação, gerenciamento, suporte técnico e manutenção dos serviços contratados, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade da comunicação institucional.

Fornecimento dos Aparelhos em Regime de Comodato

Os aparelhos celulares serão fornecidos em regime de comodato, permanecendo sob a propriedade da contratada, cabendo a esta a responsabilidade pela entrega, configuração inicial e substituição dos equipamentos, quando necessário, durante toda a vigência contratual. Tal modelo elimina custos de aquisição, manutenção e gestão patrimonial por parte da Administração, além de assegurar a atualização tecnológica dos equipamentos utilizados.

Manutenção e Assistência Técnica

A assistência técnica dos aparelhos de telefonia móvel fornecidos no âmbito da contratação será prestada **exclusivamente por meio da rede de assistência técnica autorizada do fabricante**. **A Contratada não será responsável pela execução direta dos serviços de assistência técnica dos aparelhos, limitando-se ao fornecimento dos equipamentos em regime de comodato e ao cumprimento das demais obrigações contratuais relacionadas à prestação do serviço de telefonia móvel pessoal.**

Não se mostra necessária a atribuição à Contratante da obrigação de realizar a manutenção dos aparelhos de telefonia móvel fornecidos no âmbito da contratação, tendo em vista que os equipamentos serão disponibilizados em regime de comodato, novos e cobertos pela garantia do fabricante durante o período contratual.

A manutenção corretiva e o suporte técnico dos aparelhos encontram-se adequadamente contemplados pelas condições de garantia do fabricante, a serem executadas por meio da rede de assistência técnica autorizada, prática usual no mercado e compatível com a natureza do objeto contratado. Dessa forma, eventual atribuição de manutenção à Contratante implicaria sobreposição de responsabilidades, além de potencial aumento de custos administrativos e operacionais, sem acréscimo efetivo de benefício à Administração.

A solução proposta contempla a **totalidade do encargo**, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como fornecimento de aparelhos, prestação dos serviços de telefonia móvel, manutenção, assistência técnica, suporte, gerenciamento e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos ao final da vigência contratual, não havendo previsão de despesas adicionais para a Administração além daquelas expressamente previstas no contrato.

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A presente contratação foi estruturada para ocorrer em **lote único**, contemplando **planos de telefonia móvel e fornecimento de smartphones**, de modo a atender adequadamente às diferentes demandas operacionais dos setores do departamento.

Optou-se pela não divisão da contratação em múltiplos lotes independentes, considerando que a fragmentação do objeto poderia comprometer a eficiência da gestão contratual e a vantagem econômica. A contratação em lote único assegura:

- **Viabilidade técnica**, ao permitir a prestação integrada dos serviços de telefonia móvel e o fornecimento dos aparelhos em regime de comodato por um único fornecedor;
- **Padronização dos serviços**, dos procedimentos de atendimento, dos canais de suporte e da gestão das linhas, facilitando a fiscalização e o controle pela Administração;
- **Responsabilidade única pelo serviço**, evitando conflitos de competência entre diferentes fornecedores e garantindo maior agilidade na solução de problemas;
- **Economia de escala**, uma vez que a concentração da demanda em um único contrato tende a resultar em condições comerciais mais vantajosas, especialmente quanto aos valores dos planos, franquias de dados e condições de fornecimento dos aparelhos;
- **Redução de custos administrativos**, com menor número de contratos, gestores e fiscais envolvidos.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

A contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia móvel, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, visa alcançar resultados concretos em termos de **economicidade** e de **melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros** disponíveis, conforme descrito a seguir.

Do ponto de vista da **economicidade**, a solução proposta elimina a necessidade de investimento inicial na aquisição de aparelhos celulares, concentrando os gastos em valores mensais previsíveis. A contratação em lote único, aliada à economia de escala decorrente do quantitativo de linhas contratadas, tende a resultar em condições comerciais mais vantajosas, com melhor relação custo-benefício para a Administração.

Quanto ao **aproveitamento dos recursos humanos**, a padronização dos planos, aparelhos e procedimentos de atendimento reduz a necessidade de intervenções frequentes da equipe administrativa e técnica do órgão, permitindo que os servidores concentrem seus esforços nas atividades finalísticas. A centralização da gestão em um único contrato também simplifica a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual.

No que se refere aos **recursos materiais**, o regime de comodato dispensa a incorporação dos aparelhos ao patrimônio do órgão, evitando controles patrimoniais, inventários e processos de desfazimento de bens. Além disso, garante a utilização de equipamentos atualizados e compatíveis com as necessidades institucionais durante toda a vigência contratual.

Por fim, a solução contribui para a **melhoria da qualidade do serviço público**, com maior agilidade na comunicação interna e no atendimento à população, especialmente por meio de aplicativos de mensagens e acesso remoto a sistemas institucionais, atendendo ao interesse público.

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

Previamente à celebração do contrato, a Administração adotará as seguintes providências, com o objetivo de assegurar a adequada execução e fiscalização do objeto:

- Designação formal do **gestor e dos fiscais do contrato**, nos termos da legislação vigente;
- Orientação aos fiscais e gestores do contrato quanto às atribuições de acompanhamento, fiscalização e registro de ocorrências, não sendo necessária capacitação específica adicional, em razão da natureza comum e padronizada do objeto;
- Organização dos procedimentos internos para solicitação de ativação, bloqueio, substituição ou cancelamento de linhas e aparelhos;
- Alinhamento com a área de tecnologia da informação e demais setores envolvidos, quando aplicável, para garantir a adequada utilização dos serviços contratados.

Não se mostra necessária a realização de capacitação específica ou treinamento adicional de servidores, uma vez que a gestão e fiscalização do contrato envolvem atividades rotineiras, compatíveis com as atribuições dos servidores designados, e que serão apoiadas pelo suporte técnico prestado pela empresa contratada.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não se verifica a necessidade de realização de contratações correlatas ou interdependentes para a adequada execução do objeto pretendido. A contratação dos serviços de telefonia móvel pessoal, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, possui **natureza autônoma**, sendo plenamente executável de forma independente por empresa devidamente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Os serviços e fornecimentos previstos no objeto abrangem, de maneira integrada, todas as funcionalidades necessárias à sua plena execução, incluindo a disponibilização de linhas móveis, serviços de voz e dados, roaming nacional, portabilidade numérica e fornecimento dos aparelhos, não havendo dependência de infraestrutura, serviços ou contratos adicionais por parte da Administração.

Ademais, a execução do contrato não demanda integração técnica ou operacional com outros contratos vigentes, tampouco a contratação prévia ou concomitante de serviços acessórios, uma vez que a responsabilidade pela prestação integral do serviço recai exclusivamente sobre a Contratada, não havendo prejuízo à continuidade, eficiência ou regularidade da prestação do serviço pretendido.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

A contratação de serviços de telefonia móvel, com fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato, pode gerar **impactos ambientais associados principalmente ao uso de equipamentos eletrônicos**, ao consumo de energia e à geração de resíduos eletroeletrônicos ao final da vida útil dos aparelhos. Tais impactos, contudo, são considerados de **baixo a moderado impacto**, podendo ser adequadamente mitigados por meio de medidas específicas incorporadas à solução proposta.

A contratação em regime de comodato mostra-se **ambientalmente mais sustentável** do que a aquisição direta de aparelhos, uma vez que:

- transfere à contratada a responsabilidade pela destinação adequada dos aparelhos, baterias e acessórios ao final da vigência contratual;

- reduz a geração de resíduos decorrentes de substituições frequentes por obsolescência;
- evita o acúmulo de equipamentos inservíveis no patrimônio da Administração.

Adicionalmente, a solução prioriza meios digitais para comunicações, faturas, relatórios e atendimento, reduzindo o consumo de papel e insumos físicos.

Não se identificou alternativa ambientalmente mais vantajosa e, ao mesmo tempo, economicamente viável que atendesse às necessidades operacionais do órgão.

Não se identificou a necessidade de adoção de medidas ambientais adicionais além das previstas, considerando a natureza do objeto e o baixo impacto ambiental associado. As medidas propostas são suficientes para mitigar os impactos identificados e estão alinhadas às boas práticas de sustentabilidade na Administração Pública.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:

Após a análise detalhada da necessidade administrativa, do levantamento de mercado, das alternativas disponíveis, das estimativas de quantidades, dos aspectos técnicos, econômicos, ambientais e operacionais, conclui-se que a **contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia móvel, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato**, é **adequada, necessária e vantajosa** para o atendimento das demandas institucionais do órgão.

A solução proposta atende de forma eficiente às necessidades de comunicação móvel, consideradas essenciais à execução das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público, especialmente diante do uso intensivo de smartphones e de aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, amplamente utilizados pelos setores do departamento.

Do ponto de vista **técnico**, a contratação garante a disponibilidade de serviços contínuos, equipamentos compatíveis com as tecnologias atuais, suporte técnico, assegurando a qualidade e a confiabilidade das comunicações institucionais.

Sob a ótica **econômica**, o regime de comodato elimina custos de aquisição e gestão patrimonial de aparelhos, proporciona previsibilidade orçamentária e permite a obtenção de economia de escala por meio da contratação em lote único, evitando gastos desnecessários com soluções superdimensionadas.

No aspecto **administrativo**, a solução reduz a complexidade da gestão contratual, concentra a responsabilidade da execução em um único fornecedor e otimiza o aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Dessa forma, restou demonstrado que a contratação pretendida é **compatível com a legislação vigente**, tecnicamente viável, economicamente vantajosa, revelando-se plenamente adequada para atender à necessidade a que se destina, razão pela qual se manifesta favoravelmente ao prosseguimento do processo de contratação.

Certificamos o atendimento dos requisitos estabelecidos no Art. 4º do Decreto Municipal nº 13431/2017.

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO E TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TCE/SP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE
BAURU, POR INTERMÉDIO DO(A)
E

O Departamento de Água e Esgoto de Bauru, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede na Rua Padre João, nº 11-25, na cidade de Bauru/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 46.139.952/0001-91, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Sr. João Carlos Viegas da Silva, nomeado pelo Decreto Municipal nº 18.633, de 23 de julho de 2025, publicado no DOMB de 24 de julho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 539/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 067/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Telefonia Móvel Pessoal SMP, com o fornecimento de aparelhos em regime de comodato, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do Contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.1.4 Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.1.1.5 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.1.1.6 Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2 O DAE designa como ÓRGÃO GESTOR a Divisão Administrativa, através do Serviço de Patrimônio, que terá a incumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem como quaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:

3.2.1 O DAE designa como Gestor do Contrato o(a) Sr(a). Wagner Aparecido Galhardi Cousso, matrícula 103.397, e seu substituto o(a) Sr(a). Simone de Oliveira Rodrigues, matrícula 102.762;

3.2.2 O DAE designa como Fiscal do Contrato o(a) Sr(a). Fabiano Ferreira Martins, matrícula 103.734, e seu substituto o(a) Sr(a). Francislaine Galhardo Garcia, matrícula 102.652;

3.2.3 O(s) Gestor(es) e Fiscal(is) do Contrato por parte do DAE exercerá(ão) as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 16.666, de 27/03/2023.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (valor por extenso)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e seus Anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Contrato;

8.9 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.9.1 Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.9.2 Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.9.3 Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.9.4 Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.9.5 Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.9.6 Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.10 Cientificar o órgão de representação judicial da Divisão de Assuntos Jurídicos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.12 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.13 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês;

8.14 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em

legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.15 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato;

9.26 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.27 Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.28 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.29 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

9.30 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.31 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.32 Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.33 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.34 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.35 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10 CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1 Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3 O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4 O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7 O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1 Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2 Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8 O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Ficha nº 1282

15.1.1 Gestão/Unidade: 05.01.01;

15.1.2 Fonte de Recursos: 04.110.0000;

15.1.3 Programa de Trabalho: 5001;

15.1.4 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00-58.

15.1.5 Nota de Empenho:

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Bauru/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante Legal do CONTRATANTE

Representante Legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o Artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE PELO CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome: _____ Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO REQUISITANTE:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(A) DO CONTRATO:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(A) SUBSTITUTO(A):

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da Empresa:

Endereço Completo:

Cidade:

Estado:

Telefone:

CEP:

E-mail: (oficial para as solicitações e comunicações)

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Banco:

Conta Corrente:

Agência:

Cidade:

Conforme estipulado no Edital do **Pregão Eletrônico nº 067/2026 - DAE**, propomos:

ITEM Nº 01 – AMPLA DISPUTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviços de Telefonia Móvel Pessoal SMP com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, conforme especificações no Anexo I do Edital.	Mês	24		

Havendo qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo I do Edital e as constantes no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão, para todos os efeitos, as do Anexo I.

Validade da Proposta: Conforme item 5.10 do Edital.

Prazo de Entrega: Conforme item 5 do Termo de Referência.

Prazo de Garantia: Conforme item 5 do Termo de Referência.

“**DECLARO**, sob as penas da lei, que os objetos ofertados atendem a todas as especificações exigidas no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 067/2026**.”

“**DECLARO** que esta proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas”.

“**DECLARO** que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo de nossa inteira responsabilidade a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos ao DAE, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.”

.....
Assinatura

Nome: _____ Cargo: _____
Data de Nascimento: __/__/____ Nacionalidade: _____ Telefone: _____
CPF: _____ RG: _____
Estado Civil: _____ Profissão: _____
Residência: _____ Nº: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
E-mail Institucional: _____
E-mail Pessoal: _____

Data:/...../.....

ANEXO IV - MODELOS DE CARTAS DE CREDENCIAMENTO E OUTRAS DECLARAÇÕES

CARTA DE CREDENCIAMENTO

(preencher em papel timbrado da empresa)

Ao Pregoeiro do Departamento de Água e Esgoto de Bauru:

Referente: Processo Administrativo nº 539/2026 - Pregão Eletrônico nº 067/2026 - DAE

Prezados Senhores,

Na qualidade de Responsável Legal por nossa Empresa, credenciamos o Senhor, portador da carteira de identidade RG nº e do CPF nº, para nos representar na licitação em referência, conferindo-lhe poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Atenciosamente,

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

Observação: Os licitantes deverão atentar para os poderes conferidos aos Representantes Legais no Estatuto ou Contrato Social.

CARTA DE CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA

(preencher em papel timbrado da empresa)

Ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru:

Referente: Processo Administrativo nº 539/2026 - Pregão Eletrônico nº 067/2026 - DAE

Prezados Senhores,

A Empresa, situada na Rua, nº, na cidade de, credencia o(a) Senhor(a), portador(a) da carteira de identidade RG nº, para nos representar na vistoria técnica para elaboração de proposta para execução do objeto do Edital epigrafo.

Atenciosamente,

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Referente: Processo Administrativo nº 539/2026 - Pregão Eletrônico nº 067/2026 - DAE

Atestamos, para os devidos fins, que a Empresa, neste ato representada pelo Sr(a), RG nº, CPF nº, compareceu ao DAE, sito na Rua Padre João, nº 11-25, Vila Santa Tereza, Bauru-SP, CEP 17012-020, para efetuar vistoria técnica para elaboração de proposta para execução do objeto do Edital epigrafado, tendo conhecimento do local e das condições de realização do serviço.

Local, de de 2026.

(Assinatura e carimbo do funcionário responsável pelo acompanhamento da vistoria)

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

(preencher preferencialmente em papel timbrado ou em papel comum com o carimbo do CNPJ)

Eu, (nome completo), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
Responsável Técnico da Empresa (nome da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ nº, **DECLARO**
conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme item 8.9.2 do Edital.

Local, de de 2026.

.....

Assinatura do Representante Legal

MODELO DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR À PROPOSTA

(preencher em papel timbrado da empresa)

Ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru:

Referente: Processo Administrativo nº 539/2026 - Pregão Eletrônico nº 067/2026 - DAE

Prezados Senhores,

Na qualidade de Responsável Legal por nossa Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede à, DECLARO, para os devidos fins de participação no certame em referência, que:

☐ Os aparelhos ofertados são devidamente homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

☐ Os serviços ofertados atendem às exigências de cobertura nacional e roaming, conforme regulamentação do Serviço Móvel Pessoal (SMP)

☐ Mantenho compromisso com a realização da portabilidade numérica das linhas existentes, nos termos da regulamentação vigente

Atenciosamente,

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

Observação: Os licitantes deverão atentar para os poderes conferidos aos Representantes Legais no Estatuto ou Contrato Social.